A ESCOLA E SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE: DESAFIOS PERANTE A COVID-19

MICHELLE NASCIMENTO ALVES CARDOSO

Resumo:

Este artigo é uma revisão bibliográfica e documental, baseado em um relato de prática, referente à situação da Educação Infantil- nas instituições públicas do município de São Paulo - frente a pandemia da Covid-19 e de como as Unidades Educacionais conseguiram ou tentaram se organizar para estabelecer uma relação com a comunidade escolar, neste caso, com as famílias das inúmeras crianças atendidas via trabalho remoto durante o período pandêmico. Deste modo, o artigo traz para a discussão os seguintes tópicos: "A docência na infância e o trabalho remoto" e "O papel da escola como facilitadora na relação com a família". Tem-se como embasamento teórico os seguintes documentos legais: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional e a Orientação normativa nº 01: avaliação na educação infantil: aprimorando os olhares. Há também o aporte de autores(as) que tratam de diferentes pontos da temática, sendo estes(as): Maria Cristina Albino Galera (2019), Marta Regina Paulo da Silva (2013), Antonia Soares Silveira e Oliveira et. Al (2020) e Dilma Antunes Silva (2015). Objetiva-se que o(a) leitor(a) tenha proximidade com as estratégias pedagógicas utilizadas pelos(as) docentes dos CEIs (Centros de Educação Infantil) neste momento de pandemia. Estratégias tecnológicas estas que visam garantir o desenvolvimento integral da criança, via trabalho remoto, em que a comunicação com a família se faz essencial para o planejamento educacional do(a) professor(a) da infância.

Palavras-chave: Escola. Comunidade. Interação. Pandemia. Aprendizagem

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é uma revisão bibliográfica e documental, baseado em um relato de prática , referente à situação da Educação Infantil - nas instituições públicas do município de São Paulo - frente a pandemia da Covid-19 e de como as Unidades Educacionais estão conseguindo se organizar para estabelecer uma relação com a comunidade escolar, neste caso, com as famílias das inúmeras crianças atendidas via trabalho remoto.

Deste modo, o artigo traz para a discussão os seguintes tópicos: "A docência na infância e o trabalho remoto" e "O papel da escola como facilitadora na relação com a família". Sendo assim, o texto dialoga com autores(as) da infância que tratam da temática em questão, bem como, faz referência à documentos legais que embasam teoricamente o trabalho, dentre os referenciais utilizados, estão: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional e a Orientação normativa nº 01: avaliação na educação infantil: aprimorando os olhares. Bem como, contará com a apreciação de obras assinadas por: Maria Cristina Albino Galera (2019), Marta Regina Paulo da Silva (2013), Antônia Soares Silveira e Oliveira et. Al (2020) e Dilma Antunes Silva (2015).

O primeiro capítulo trata de assuntos que podem parecer diferentes, mas que ao serem lidos em uma sequência didática harmoniosa, se complementam com total sentido retórico. Inicialmente traz-se para o diálogo uma breve amostra das principais legislações (políticas públicas educacionais) que viabilizaram a existência da atual Educação Infantil no Brasil, ou seja, nos moldes conceituais a qual a concebemos, baseados em estudos acadêmicos e na práxis docente, demostrando, assim, de que modo o atendimento às crianças pequenininhas foi se modificando, passando do assistencialismo, também conhecido como pajem, aos dias atuais.

Deste modo, vê-se necessário abordar brevemente o tema para o(a) leitor(a) compreender a árdua luta enfrentada pelos intelectuais que estudavam e estudam

> a educação na infância, porém, mesmo árdua, a luta se mostrou eficaz já que fora alcançado o objetivo principal: ter o atendimento às crianças pequenininhas efetuado por órgãos de ensino reconhecidos pelo MEC – Ministério da Educação. Portanto, a educação infantil passou a exigir formação específica, em que, cabe aos professores(as) preparados(as) via magistério e àqueles(as) graduados(as) em pedagogia. Tal de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu Art. 62, que será melhor discorrido adiante.

Importante salientar que o capítulo um ainda abordará quanto os atuais referenciais teóricos para a educação na infância em que o(a) leitor(a) poderá apreciar que a interação é fundamental para o aprendizado da criança e que a observação atenta do(a) professor(a) é fundamental para saber quais desafios se deve disponibilizar para ampliar o repertório cultural do(a) pequeno, mas, de que maneira se possa fazer isso em um trabalho remoto?

Com isso, adentra-se o segundo capítulo que tratará como as escolas, desce o início da pandemia no Brasil em março de 2020, estão lidando com a docência via trabalho remoto. Além do mais, constará como as Unidades Educacionais da infância estão conseguindo manter contato com os familiares responsáveis pelas crianças, tema deste

estudo.

A partir disso, objetiva-se aqui dialogar quanto à importância de viabilizar um procedimento educacional para a infância que supere os percalços gerados pela Covid-19 nas escolas brasileiras, em que prevalece o isolamento social. Além do mais, o estudo visa demonstrar que nesta "[...] etapa da educação básica é de suma importância a interação entre escola, professores e família em busca de resultados satisfatórios, isto é uma educação de qualidade." (OLIVEIRA et. al., 2020, p. 349).

Espera-se que o(a) leitor(a) tenha proximidade com as estratégias pedagógicas utilizadas pelos(as) docentes dos CEIs (Centros de Educação Infantil) neste momento de pandemia. Estratégias tecnológicas estas que visam

garantir o desenvolvimento integral da criança , via trabalho remoto, em que a comunicação com a família se faz essencial para o planejamento educacional do(a) professor(a) da infância.

Buscar-se-á, ao findar a leitura, que ao menos alguns destes pontos a seguir sejam esclarecidos, mas, vê-se necessário colocar, aqui, todos, a fim de aguçar a curiosidade para a escrita de, quiçá, novos artigos. Dentre estes pontos, podemos citar: Como os(as) docentes estão conseguindo manter a qualidade da oferta educacional nesta situação de isolamento social? Como estão estabelecendo vínculos com os familiares responsáveis pelas crianças e com as próprias crianças? Como o uso da internet está modificando as relações e a educação na infância? Será que plataformas digitais estão, de fato, sendo funcionais? Será que estão sendo acessadas? Os familiares têm condições financeiras de custear internet? Eles(as) têm aparelho celular e/ou notebook? Logo, será que as propostas de atividades pedagógicas estão sendo realizadas? Ou seja, está havendo retorno das famílias quanto ao aprendizado das crianças? Etc.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Como introduzido anteriormente, aqui se fará descrito o caminho que legalizou a Educação Infantil como prática de ensino, tornando-a parte da Educação Básica que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu Art. 21. é "[...] formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio [...]" (BRASIL, 1996, p. 8). Logo, a Lei ainda trata no Art. 62.que a formação de professores(as) para atuar na educação básica "[...] far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental [...]" (Ibid., p. 20). Portanto, o atendimento às crianças pequenas passou do assistencialismo, tido historicamente como pajem, até como o concebemos atualmente:

"O termo pajem historicamente esteve associado ao cuidado e traz traços de uma sociedade em que se estabeleceu uma dicotomia entre cuidar e educar e que deixou marcas na sociedade como um todo e apresenta resquícios na cultura, na prática escolar infantil e no processo de profissionalização do professor desse nível de ensino. Com a inclusão da educação infantil ao sistema de ensino, o caráter educativo das creches é ressaltado e a exigência por qualificação profissional passa a ser cada vez maior." (SILVA, 2015, p. 32).

A partir do exposto, vê-se a necessidade de aqui aclarar como é o processo de ensino-aprendizagem na infância. Crê-se que o profissional de educação infantil deva ter uma base teórica sólida para atuar nas U.E. (Unidades Educacionais), em que a formação inicial e continuada deste educador(a) seja compatível com uma prática que considere a criança como sujeito de direitos e potente em seu processo criador, totalmente capaz de inventar suas culturas infantis. Pois:

[...] faz-se necessário compreender a criança como um ser capaz, potente e socialmente competente, que vê o mundo de maneira singular, elaborando suas próprias teorias e, consequentemente, as culturas infantis "[...] com direito à voz e à participação nas escolhas; como pessoa que consegue criar e recriar, 'verter e subverter a ordem das coisas', refundar e ressignificar a história individual e social [...]. (SÃO PAULO, 2014, p. 13)

Indo ao encontro do revelado por Galera (2019), o trabalho com crianças sugere uma concepção de educação infantil que contemple o ideal de criança acima mencionado e que abrolha das também concepções de criança e de infância. Portanto, de acordo com Silva (2013) a educação infantil é um ambiente de interação, de vida coletiva, em que prevalecem encontros e convívio e em que as crianças possam obter sentimento de pertencimento à rede de convívio. Indo mais além, as crianças aprendem brincando. Nesse sentido:

[...] as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) orientam que as propostas pedagógicas em creches e pré-escolas respeitem os seguintes princípios: a) Éticos: da responsabilidade, da autonomia, da solidariedade e do respeito ao meio ambiente, ao bem comum, e às diferentes identidades, culturas e singularidades; b) Políticos: dos direitos de cidadania, do respeito à ordem democrática e do exercício da criticidade e c) Estéticos: da criatividade, da sensibilidade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas distintas manifestações cultu-

rais e artísticas. Entretanto, como garantir o cumprimento desses princípios no cotidiano das instituições? Acredita-se que uma resposta possível encontra-se na formação inicial e continuada dos(as) docentes que atuam com crianças pequenas. (GALERA, 2019, p. 38)

Como então adotar tais direcionamentos teóricos em um trabalho remoto? Para responder esta pergunta, se faz imperioso destacar que, o(a) docente de creche, por exemplo, demora tempo não linear para conhecer o(a) aluno(a), já que anteriormente a criança precisa se sentir segura com o(a) adultos e, ao disponibilizar pedagogicamente tempos, espaços e materiais para as crianças, o(a) professor(a) tem que praticar da escuta atenda a fim de observar a interação que o(a) pequeno(a) estabelece com os mesmos e, assim, o(a) educador(a) saberá qual o próximo passo a tomar rumo à desafios que possa colocar à criança para que ela explore seus potenciais e aprenda brincando!

Mas, utilizando de tecnologia neste momento de pandemia para lecionar na infância, o(a) docente, na maior parte dos casos, não tem essa aproximação com a criança para saber quais descobertas ela teve com as propostas de atividades pedagógicas, não se sabe ao menos se os familiares estão conseguindo acessar as plataformas digitais . Então, como estreitar a relação com a família a fim de ter devolutiva das atividades? Quais serão os possíveis motivos dos acessos e não acessos destas plataformas? Se há acesso? Por que não há retorno?

2.1 O papel da escola como facilitadora na relação com a família

Sabe-se que o isolamento social impactou absolutamente todas as fases da educação básica e, ao deliberar a educação infantil (creche) como eixo de estudo deste artigo, compreende-se que os impactos causados para as crianças pequenas foram gravemente superiores, tendo "[...] em vista que uma das competências e habilidades necessárias a ser adquirida para o bom desenvolvimento da criança é exatamente a interação social." (OLIVEIRA et. al., 2020, p. 351).

Com isso, aqui será discorrido com relação a aspectos importantes referente a articulação das famílias e escola neste momento de pandemia e de como ambas podem interagir no consentimento de um aspecto em comum, ou seja, a real aprendizagem das crianças.

É preciso, deste modo, compreender de antemão que por meio das mídias sociais, sejam elas: Google Classroom; Faceboock; Blogs Institucionais; redes de transmissão pelo WhatsApp, dentre outros(as), as propostas de atividades pedagógicas são enviadas tendo como base vídeos gravados pelas docentes que transmitem o "conteúdo" da atividade.

A fim de esclarecer, quando o vídeo não tem uma proposta direta à criança, ou seja, em que não há a necessidade de ser reproduzido, no lar, o(a) educador(a) da infância viabilizou cem por cento da proposta via tecnologia, entretanto, há muitas atividades em que, pelo fato de a criança aprender brincando, o(a) familiar que assistir ao vídeo terá que "cumprir" a função docente, ao disponibilizar espaços, tempos e materiais necessários para o cumprimento da proposta. Deste modo, para que esta premissa seja contemplada, a escola, como detentora de conhecimento científico:

[...] deve fornecer e promover nessa relação, todo seu cabedal de conhecimento de forma que esse esforço leve em consideração os aspectos particulares da situação social e cultural hora vigente, e que influenciam de forma decisiva o equilíbrio familiar. As famílias como responsáveis pelo desenvolvimento social e psicológico de seus filhos, devem buscar a interação com a escola, professores, interagindo, dialogando, sugerindo e fornecendo elementos que através de discussões e ampla comunicação com os seus pares promovam as iniciativas que vão de encontro às necessidades das crianças. (OLIVEIRA et. al., 2020, p. 353).

De acordo com Freitas (apud OLIVEIRA et. al., 2020) a escola foi empregada para servir a comunidade e assim, apresentar seu trabalho, e de, principalmente, demonstrar a didática de ensino-aprendizagem empregada para os(as) alunos(as). Para tanto, carece inventar estruturas para que a família acompanhe a vida escolar de suas crianças. Deste modo, se defende aqui que:

[...] o diálogo, a compreensão, o compromisso são elementos indispensáveis para que se consiga terra fértil. Assim faz-se necessário o investimento no sentido de se construir boas relações, procurando minimizar a indisciplina. Diante do exposto propõe-se a implantação de um mecanismo de representatividade dos professores junto aos alunos e comunidade escolar. (Ibid., 2020, p. 334).

Com isso, neste ano de 2021 as Diretorias Regionais de Educação do município de São Paulo, a fim de contemplar as famílias de baixa renda que não possuem acesso à internet, passou a exigir dos CEIs uma atividade impressa constando o desenvolvimento, de modo escrito, de cada uma das propostas pedagógicas diárias que constam no Google Classroom. Portanto, os familiares que forem até às U.E com este intento, terão à disposição a impressão das atividades. Nestas impressões, no caso do CEI Inocoop, há uma parte destinada à devolutiva das famílias, o que enriquece o trabalho, já que saberemos como agir para desafiar o desenvolvimento dessa criança. Nesta devolutiva há o seguinte texto: "Conte-nos um pouco como essa ativi-

dade aconteceu em casa, como foi a interação em família. Pode ser um registro escrito, por desenho ou foto. Faça como preferir!!!".

Outra maneira que muitas escolas estão encontrando para diminuir a distância entre a família e para saber do desenvolvimento das crianças, é adquirir, com verba própria da U.E, chips de celular para criar linhas de transmissão com as famílias a fim de obter maior proximidade com as mesmas, questionar as dificuldades que estão enfrentando, como está sendo o desenvolvimento da criança etc.

Vê-se, deste modo, que os(as) profissionais da infância estão se desdobrando para garantir uma oferta de qualidade, mesmo com o advento do trabalho remoto. Sendo que, aqui fora mencionado, apenas, os empecilhos enfrentados pelas famílias, mas, e queles enfrentados pelos(as) professores(as) de um modo geral? Pois os(as) atuantes no município de São Paulo não tiveram nenhum auxílio financeiro para custear, por exemplo: internet; celular e computador, caso não o tivessem.

Porém, estando numa pandemia, se família e escola tiverem acesso às ferramentas tecnológicas, será notório o avanço no desenvolvimento integral dos(as) pequenos(as). Mas, para que tal seja possível, é necessário que os envolvidos (escola e família) levem em "[...] consideração as vivências e sentimentos das mesmas, respeitando a individualidade, e singularidade de cada aluno, valorizando sua trajetória e maneira própria de estar no mundo." (OLIVEIRA et. al., 2020, p. 349).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida realmente é feita de escolhas, o tempo todo, sem exceções! Os(as) profissionais da educação não estão professores(as), são professores(as), independente da situação que o mundo enfrenta e cabe a nós, docentes, prepararmo-nos para sempre oferecer o nosso melhor.

A comunicação com as famílias, o tentar trazê-los para mais perto da nossa rotina é de suma importância para que a comunidade escolar fale a mesma língua que nós. Também estamos aprendendo a lidar com tudo isso que está acontecendo há mais de um ano, as emoções e as dificuldades podem se fazer presentes o tempo todo, mas enquanto U.E, procuramos estreitar os laços e fazer uso das ferramentas que estão ao nosso alcance para trazer os estudantes e a família para um fazer real e significativo das nossas propostas; a busca ativa é quem demonstra o quanto estamos preocupados com todo esse distanciamento.

Seguir com confiança diante o momento cruel que enfrentamos, o descaso com os profissionais da Educação, é um ato heroico. Lidar com as injúrias que a mídia nos coloca, nos faz acreditar que a escola se reinventa sempre e desde sempre, independente das situações adversas que nos deparamos. Somos esperança de dias melhores, porque nos reinventamos em nome da Educação, a educação nossa de cada dia, aquela que vai além de conteúdos, presenças e faltas. Porque é o vínculo e o olho no olho que traz confiança para aprender, e nós temos buscado o fazer pedagógico chegar aos lares de cada estudante da melhor maneira possível.

As relações foram modificadas e que seja momentâneo todo esse novo viver. Então a todo instante, buscamos acolher os que convivem conosco há tempos: famílias e colegas, funcionários e comunidade, buscamos ouvir; buscamos atender a demanda que eles nos solicitam como forma de segurança no nosso empenho e dedicação. Se nos procuram, é porque de alguma forma acreditam no que oferecemos. E mesmo diante os descasos governamentais, sempre fomos essenciais sim, apesar de não nos tratarem como.

Reafirmar nossa importância a cada instante é elevar nosso valor, é fazer que a parceria escola - família seja real e significativa, de confiança e respeitosa. Usar das ferramentas disponíveis, tecnológicas ou não, para enfrentar o momento que estamos passando, é praticar a escuta dos anseios e angústias da comunidade e dos nossos, enquanto corpo escolar. Estamos como sempre, nos fazendo cada dia melhor, nos superando; porque sempre acreditamos que o nosso foco é o estudante e acolher, por escolha, contribui para um ambiente de aprendizagem humano e próximo.

É muito importante que enquanto Escola, possamos estar preparados para conduzir a situação do retorno, sem desrespeitar as orientações sanitárias e o sentimento dos estudantes, suas incertezas e cada variável que vivem em suas vidas pessoais. Para isso, um ingrediente é fundamental: inteligência emocional, apesar da fase incerta e delicada que estamos vivendo primeiro precisamos admitir que todos nos sentimos amedrontados e é parte do processo do que é desconhecido, desse "novo normal" que estamos presenciando e fomos submetidos sem escolhas.

Acolher pela escuta, rodas de conversa, debates que tragam as ansiedades e tormentas da comunidade, dos estudantes e da equipe escolar, é praticar a empatia em sua forma mais real e humana. É decidir juntos em como seguir da melhor maneira, para que se sintam mais abraçados e respeitados, dentro do que for seguro por enquanto.

Que a Rede tenha como base, nesse retorno, um resgate de momentos que vivemos antes da pandemia, do entorno, histórias, projetos e colaboradores. Para que assim possamos trazer vida ao lugar mais movimentado que se conhece, que está a

tempo quase desabitado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

GALERA, Maria Cristina Albino. Musicalização na creche: crianças de 2 a 3 anos e suas criações sonoro-musicais. Dissertação de Mestrado. Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS. São Caetano do Sul: 2019.

OLIVEIRA, Antonia Soares Silveira e.; NETO, Augusto Brito Araújo.; OLIVEIRA, Lygia Maria Silveira e. Processo de ensino aprendizagem na educação infantil em tempos de pandemia e isolamento. Ciência Contemporânea: 2020. Disponível em: <http://ciencia-contemporanea.com.br/index.php/revista/issue/view/7>. Acesso em: maio 2021.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Orientação normativa nº 01: avaliação na educação infantil: aprimorando os olhares – Secretaria Municipal de Educação. São Paulo: SME / DOT, 2014a.

SILVA, Marta Regina Paulo da. Pedagogias das infâncias: crianças, culturas infantis e educação. Saberes docentes, saberes discentes e currículo / Universidade Metodista de São Paulo. In: FREITAS, Silvia Perrone de Lima (Org.). 2.ed. São Bernardo do Campo: Ed. do Autor, 2013, 112 p. (Cadernos didáticos Metodista - Campus EAD)

SILVA, Dilma Antunes. De pajem a professora de educação infantil: um estudo sobre a constituição identitária da profissional de creche. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.